

Priscilla dos Santos Vasconcelos¹

Angélica Lovatto²

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT: O ensino da diferença na sociologia – Como pensar o gênero e outras categorias de articulação em sala de aula?

**O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO CONTEXTO DA OFENSIVA
ANTIGÊNERO**

Belém, Pará

2021

1 Mestranda em Sociologia pela Faculdade de Filosofia e Ciência – UNESP/Marília (ProfSocio).

2 Professora Orientadora: Professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, e do Programa ProfSocio da Faculdade de Filosofia e Ciência – UNESP/Marília, Doutora em Ciências Sociais. Coordenadora do PEPO – Grupo de Pesquisa CNPq “Pensamento Político Brasileiro e Latino-Americano”.

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão faz parte das primeiras elucidções da pesquisa que está em desenvolvimento através do Mestrado de Sociologia (ProfSocio). Ele visa tecer algumas considerações sobre o ensino de Sociologia a partir do contexto da ofensiva antigênero empregada por setores reacionários e conservadores da sociedade brasileira. Esses setores passam a ter maior protagonismo na sociedade a partir das reconfigurações sociopolíticas ocorridas na história recente do país.

As transformações socioculturais, políticas e educacionais alcançados a partir do processo de redemocratização construiu nesse espaço de tempo um maior protagonismo de grupos historicamente marginalizados, que pautaram de forma mais recorrente suas demandas no âmbito político, estando entre elas algumas políticas relacionadas à igualdade de gênero no âmbito social.

Essas transformações geraram nos setores reacionários e conservadores da sociedade brasileira um grande incomodo e, após o golpe institucional aplicado no Partido dos Trabalhadores (PT), constituíram-se enquanto um grupo que ganhou um espaço cada vez maior no cenário político brasileiro. Esses grupos conservadores ou até mesmo reacionários são compostos principalmente por setores religiosos da sociedade brasileira, atuando na esfera institucional sobretudo por meio da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), mas também no interior da sociedade civil, destacando-se nesse âmbito o movimento ‘Escola Sem Partido’ (ESP).

No âmbito institucional esses setores conservadores e reacionários vem travando fortes disputas entorno das políticas educacionais brasileiras, incidindo de maneira contundente contra as perspectivas que abordam a cerca da diversidade sexual e de gênero nas escolas. Entre os embates travados por parlamentares ligados a esses seguimentos está a retirada, do texto final do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, a abordagem relacionada ao gênero e a orientação sexual – sobre a justificativa de que esses elementos promovem uma ‘doutrinação de gênero’. Além da incidência nos documentos educacionais esses setores visaram, através de inúmeros Projetos de Lei (PL), criminalizar as iniciativas que destinam-se a abordar a diversidade e a desigualdade de gênero, apontando que tais iniciativas estariam promovendo o que eles denominam de ‘ideologia de gênero’, ‘doutrinação de gênero’ nas escolas.

Um exemplo recente de tais iniciativas está o Projeto de Lei nº 504/2020 que tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Tal projeto tem como intuito proibir qualquer tipo de publicidade relacionada a diversidade sexual e de gênero em todo o Estado de São Paulo. Como justificativa o Projeto de Lei apontava que esse tipo de divulgação traria “desconforto emocional a inúmeras famílias além de estabelecer prática não adequada a crianças”. Do mais, o documento aponta de forma explícita uma perspectiva preconceituosa e discriminatória contra um determinado grupo social em razão de sua orientação sexual, objetivando marginalizar ainda mais esse setor da sociedade.

Pela narrativa da ‘ideologia de gênero’ promovem uma ofensiva contra aqueles que demonstram e combatem as desigualdades de gênero existentes na sociedade, afirmando que tais sujeitos visam conspirar contra a instituição familiar e que buscariam usurpar dos pais o protagonismo na educação moral dos seus filhos. Dentre muitos locais, focalizam boa parte de sua atuação na esfera educacional, principalmente nas escolas – educação formal –, e munidos dessas narrativas, utilizam-se de diferentes meios para cercear o trabalho docente no que se refere as questões de gênero e sexualidade.

Nesse cenário, é imprescindível a discussão dessa temática, já que afeta diretamente os estudantes e o trabalho do professor de Sociologia que tem como um de seus objetivos: a desnaturalização e estranhamento das relações sociais – previstas nas Orientações Curriculares Nacionais (OCN’s), e dentre elas a desnaturalização e estranhamento das relações sociais de gênero. Nota-se que esses setores atuam também no cerceamento da escola visando retirar desse espaço seu caráter de um espaço de socialização dos conhecimentos científicos acumulados pela humanidade, ferindo assim, o direito dos próprios estudantes em terem acesso aos conhecimentos científicos e a pluralidade de ideias a respeito dessa temática.

Nesse sentido, objetiva-se com esse trabalho, analisar como a narrativa da ‘ideologia de gênero’ promovida por esses setores reacionários e conservadores acabam afetando a disciplina de Sociologia. Ainda, busca-se examinar que projeto de educação esses setores defendem ao empenhar, tal como aponta Junqueira (2018), essa cruzada antigênero na sociedade contemporânea.

Pretende-se, desse modo, partir do real, construir o real concreto, como síntese do pensado, pois o real é real porque é síntese de múltiplas determinações (MARX,

2008), nesse sentido, partindo da ‘ideologia de gênero’ que esses setores reacionários e conservadores acusam ocorrer no espaço escolar, propõe-se construir um todo pensado desnudando a totalidade da práxis social que se intenciona com essa narrativa.

Na busca dessa compreensão será utilizado a pesquisa bibliográfica para uma análise de caráter teórico-conceitual das questões de gênero na sociedade contemporânea e o que os diferentes setores envolvidos nessa problemática abordam sobre essa questão. Dito de outro modo, compreender como esses setores reacionários e conservadores tentam sobre a narrativa da ‘ideologia de gênero’ bem como o que a escola e a Sociologia se propõe ao abordar esses temas e conceitos.

Tem-se como hipótese que esses setores reacionários e conservadores ao construir essa narrativa e ao incidir sobre o âmbito educacional através de diferentes esferas objetivam frear os processos de democratização do Estado brasileiro, bem como, em alguns casos, retroceder as transformações políticas e socioculturais obtidas ao longo da recente ampliação democrática vivenciada no país. Nesse sentido a partir do sintagma da ‘ideologia de gênero’ esse setores empenham-se em renaturalizar a ordem tradicional patriarcal e rechaçar os avanços das Ciências Sociais no que tange a compreensão das relações de gênero na sociedade (JUNQUEIRA, 2017; 2018).

A ofensiva antigênero e sua articulação no Brasil

“Você já ouviu falar sobre a Ideologia de Gênero? Conheça esta ideologia e entenda o perigo que você e seus filhos estão correndo”³ o trecho acima destaca o título e subtítulo de uma cartilha elaborada por setores conservadores e reacionários da sociedade brasileira que objetivam o combate ao que eles denominam de ‘ideologia de gênero’. Mas em que momento esse termo surgiu no meio social? Ou melhor, em que momento esse ativismo de caráter conservador ou mesmo reacionário se articula e se inicia?

Segundo Machado (2018), Junqueira (2017; 2018), Miskolci e Campana (2017) entre outros autores e autoras, podemos considerar que esse embate ganha corpo a partir da década de 1990, durante as reuniões preparatórias e na Conferência Internacional da

3 Cartilha: **Você já ouviu falar sobre “ideologia de gênero”?**. Disponível em: https://issuu.com/andreleamaral/docs/cartilha_ideologia_de_g_nero_tam14>. Acesso em: 30/05/2021.

Mulher realizada pela ONU em Pequim no ano de 1995. Nessa conferência é definido o conceito de gênero para a agenda internacional, substituindo a categoria mulher por gênero, pois entende-se que este conceito explica melhor as relações sociais e de poder que regulam, normalizam e dão significado aos corpos humanos.

Essa mudança de paradigma realizada pela ONU mobilizou uma significativa reação de setores religiosos conservadores, em especial, a Igreja Católica, que faz a defesa de uma perspectiva fundamentada em uma origem divina, essencialista, buscando revestir de teor científico sua perspectiva religiosa através de determinismos biológicos, ou seja, mulher e fêmea é visto como sinônimos, e nesse sentido, os papéis sociais tradicionalmente atribuídos às mulheres são vistos como um elemento da sua natureza humana, como uma presdestinação, desconsiderando que o ser *mulher* é fruto da dimensão social, isto é, essa categoria é formada por signos e significados construídos socialmente. Assim, não levam em consideração que o gênero é um construto social que “se refere a um conjunto de relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que significa ser mulher ou ser homem na vida social.” (HERA, 1998, apud, CORREA, 2011, p. 343).

Com o intuito de defender essa perspectiva essencialista e de cunho criacionista, articula-se um ativismo religioso que passa a promover uma ofensiva antigênero, no qual o sintagma “ideologia de gênero”, de acordo com Junqueira (2017; 2018 e 2019) é um dos seus principais instrumentos. Garbagnoli (2014) afirma que “[...] vislumbra-se aí uma ofensiva reacionária, fundamentalista, de matriz católica e que se desdobra em bases transnacionais” (apud JUNQUEIRA 2017, p. 451).

De dimensão global, a ofensiva antigênero se desdobra em diferentes países, sendo, um deles, o Brasil. E a entrada dessa narrativa é realizada principalmente por setores religiosos de perspectiva conservadora e reacionária.

Segundo Rocha (2013) os setores religiosos “[...] demonstraram saber muito bem como se faz uma guerra de posições (GRAMSCI, 1989), ocupando espaços institucionais, influenciando processos políticos, cristalizando conceitos e valores em artigos legais.” (p. 223). Nesse sentido, devido sua influência na cultura brasileira, esses setores reacionários e conservadores souberam como promover tal ofensiva, utilizando como estratégia uma construção político-discursiva que visa estabelecer um pânico moral na sociedade. Assim, os “ideólogos de gênero” seriam “[...] destruidores da

família, familiofóbicos, homossexualistas, gaysistas, feminazis, pedófilos heterofóbicos, cristofóbicos etc.” (JUNQUEIRA, 2017, p. 29). Ou seja, utilizam de

[...] formulações teóricas [...] descontextualizadas, homogeneizadas, esvaziadas, [...] distorcidas, caricaturadas e embutidas de elementos grotescos para serem, finalmente, denunciadas e repelidas. (JUNQUEIRA, 2017, p. 29).

Apesar de sua formulação ser originária dentro da Igreja Católica, diferentes denominações religiosas aderiram a essa perspectiva e passaram a contribuir massivamente com a mobilização antigênero, sendo um destaque os movimentos evangélicos que, segundo os autores GRACINO JR.; TARGINO e REZENDE (2019) é o grupo religioso que manifesta posições mais reativas em relação as mudanças culturais e as conquistas de direitos sociopolíticos por parte de minorias. Não obstante, nós vemos importantes lideranças dessa denominação religiosa, se colocando de forma contrária a qualquer perspectiva relacionada a diversidade sexual e de gênero.

Um caso recente é o da cantora e pastora Ana Paula Valadão que, neste ano de 2021, foi denunciada pelo Ministério Público Federal (MPF) por falas consideradas homofóbicas, episódio que demonstra como a ofensiva antigênero está capilarizada na sociedade brasileira. No entanto, não é apenas esse episódio que demonstra tal capilaridade, a autora Maria das Dores Campos Machado (2018) demonstra em um de seus artigos que, desde de 2003 vemos posições reativas por parte desses setores, se colocando contra a utilização dos termos gênero e orientação sexual nas políticas públicas implementada pelos governos. Segundo a autora, diversas foram as iniciativas dos políticos para que tais terminologias não fossem empregadas nas iniciativas do governo relacionadas a educação, a saúde e os Direitos Humanos.

Nesse mesmo período histórico, em 2004, surge um movimento que vai contribuir significativamente para a ampliação da capilaridade de ofensiva antigênero. No caso, destaco o surgimento do movimento ‘Escola Sem Partido’ (ESP), criado em 2004 pelo procurador de São Paulo Miguel Nagib. Apesar de ter nascido com outra agenda, no caso, seu foco inicial estava voltado para uma suposta “doutrinação marxista” nas escolas⁴, o movimento ESP aderiu a oposição a “ideologia de gênero” criada pela direita

4 Segundo Luis Felipe Miguel (2016) “A ameaça da “doutrinação marxista” nas escolas é alimentada por uma leitura fantasiosa da obra do revolucionário sardo Antonio Gramsci. Entendendo que a luta pela transformação social, nas sociedades capitalistas ocidentais, não pode ser restrita à conquista do Estado, Gramsci formulou a ideia de um combate pela hegemonia que inclui a disputa por projetos e visões de mundo, em diferentes espaços da sociedade civil (Gramsci, 2000 [1932-4]). Essa sofisticada percepção da luta política se torna, nas mãos de seus detratores à direita, uma estratégia maquiavélica e simplória, com

católica e passa a nutrir como também se beneficiar da ofensiva antigênero, ganhando grande destaque no cenário brasileiro em meados de 2014.

Segundo Luis Felipe Miguel (2016)

No momento em que a “ideologia de gênero” se sobrepõe à “doutrinação marxista”, o discurso do MESP dá outra guinada. A defesa de uma educação “neutra”, que era predominante até então, cede espaço à noção da primazia da família sobre a escola. (p. 601).

Certamente o objetivo de dar visibilidade ao processo de “[...] instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários.”⁵, não saem da agenda política do ESP, mas agora a família e a educação moral e sexual dos estudantes também entram em cena. Assim, estaria acontecendo nas escolas um processo de doutrinação ideológica dos estudantes que, segundo o movimento, deve ser combatido para a defesa de um ensino supostamente neutro, que não usurpe da família seu papel de educar seus filhos.

Estabelece-se, assim, uma hierarquia estrita entre família e escola, com o predomínio incontestado da primeira. De um professor português radicado no Paraná, Armindo Moreira, extraiu-se o embasamento “teórico” para a posição. Num livro publicado em edição caseira, *Professor não é educador*, Moreira desenvolveu a ideia de que a escola que educa está “usurpando uma das tarefas sagradas da família” (Wurmeister, 2012). O professor é um mero *instrutor*, isto é, repassador de conteúdos entendidos como neutros e objetivos; a tarefa de educar compete “à família, à sociedade e à igreja” (Wurmeister, 2012). O livro de Moreira integra a resumida lista de quatro títulos cuja leitura o MESP indica em seu website. (MIGUEL, 2016, p. 603).

Barbosa (2020) também aponta sobre esse entendimento a cerca da educação das crianças e dos jovens levantado pelo ESP, ele destaca que segundo o movimento,

“o professor não é educador” e, sim, “instrutor de conteúdos para a preparação da vida profissional do estudante”, cabendo à família o papel da educação, entendida como um processo de socialização de fundamento moral, que deve ser realizado em âmbito privado, de acordo com os valores do círculo doméstico. São proposições de caráter conservador, fundamentadas em pressupostos moralizantes, religiosos e anticientíficos. (BARBOSA, 2020, p. 134).

Nesse processo a escola ganha um papel secundário e inferior em relação a família, de tal modo que segunda passa a deter o controle total dos conhecimentos que

o objetivo de solapar os consensos que permitem o funcionamento da sociedade, por meio da manipulação das mentes (a noção de “lavagem cerebral” é invocada com frequência). Gramsci é apresentado como alguém que bolou um “plano infalível” para a vitória do comunismo: é o Cebolinha do pensamento marxista. (p. 600)

5 Trecho retirado do item **objetivos** descritos no site do ESP – <https://www.escolasempartido.org/quem-somos/>.

as crianças e os jovens terão acesso. Segundo Chistine Delphy (2013) apud Miguel (2016) impera na família um “estado de exceção” no qual o direito dos seus integrantes estão suspensos.

A primazia da família na educação moral dos filhos e toda a centralidade que essa instituição ganha em relação as demais demonstra como a ofensiva antigênero se solidifica e se capilariza na sociedade brasileira. A cruzada antigênero está colocada e tornam-se alvo dessa ofensiva aqueles que demonstram e combatem as desigualdades de gênero existentes nas sociedades, bem como aqueles que, através dos conhecimentos científicos, visam desnaturalizar concepções pautadas em pressupostos preconceituosos, religiosos e anticientíficos. É nesse engodo que a própria escola como instituição, que visa a socialização dos conhecimentos científicos (SAVIANI, 2011), entra em cena e sofre duros ataques.

A ofensiva antigênero na educação formal

A ofensiva reacionária e fundamentalista que mobiliza os setores conservadores e reacionários da sociedade brasileira atribuem à família a autoridade absoluta sobre a educação dos seus filhos. Para que tal perspectiva seja realmente efetivada na educação brasileira inúmeras são as iniciativas no âmbito das políticas públicas e da sociedade civil para que isso aconteça, e, o ESP, tornou-se instrumento fundamental para essa efetivação.

Segundo Barbosa (2020) o ESP se constitui como uma *think tanks*, isto é, como um grupo de pressão, uma instituição de formação de opinião pública que está em diferentes esferas da sociedade. Entre seus objetivos está a busca por formar novos consensos, intervindo em diferentes temas e, no Brasil, a educação constitui-se como o local central de sua atuação.

Inspirado em modelos de ativismo político, o movimento do ESP, fundado e liderado por Nagib, tem obtido sucesso na mobilização de vereadores, deputados estaduais e federais, muitos deles pastores da bancada evangélica que ocupam cargos eletivos, assim como segmentos políticos e empresariais contrários a concepções políticas de esquerda, ativistas em defesa da família, criacionistas. Atuam em uma perspectiva de educação antagônica a um ensino que eleve a compreensão do educando ao exame crítico da realidade através de fundamentos históricos, comparativos de base racionalista científica.

Ainda mais, além dos pressupostos de uma campanha moralizante, sob o mote da escola “sem doutrinação política”, e da crítica a temas com o debate sobre a igualdade de gênero, minorias étnicas e sociais, ou a repulsa sobre um tema de política pública como é a educação sexual, os defensores do ESP são os porta-estandartes de uma proposição regressiva no plano da cultura na sociedade brasileira. (BARBOSA, 2020, p. 136-137).

Sendo um importante polo aglutinador desses setores reacionários e conservadores da sociedade brasileira, o ESP cumpre seu papel como *think tanks* em ajudar a formar novos consensos, contribuindo significativamente para retroceder com avanços nas políticas públicas que tratam acerca da igualdade e da diversidade sexual e de gênero, caracterizando-se como “[...] um movimento de natureza conservadora e atuação reacionária.” (MOURA, 2018, p. 89).

É possível vermos exemplos dessa atuação reacionária nas inúmeras propostas de propostas de Projetos de Lei que vissem tolhir políticas públicas educacionais voltadas para a diversidade sexual e de gênero sempre apontando para a necessidade da centralidade da família na educação das crianças e jovens. É interessante pensar que esses setores não conseguem vislumbrar outras estruturas familiares para além da patriarcal, machista e opressiva, como a hegemônica em nossa sociedade.

Segundo Coelho (2017) os embates e discussões que envolveram a criação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 por exemplo, contaram com a massiva presença e protagonismo de lideranças religiosas que estão inseridas no meio político, destacando-se aqui a Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Esta, através dos pânicois morais mobilizados pela sintagma da “ideologia de gênero”, buscou deslegitimar a categoria gênero e o debate acerca da diversidade sexual e de gênero na educação, de tal modo que no texto final do PNE não havia nenhuma diretriz de política pública direcionada as questões de gênero e orientação sexual.

O autor Luis Felipe Miguel (2016) por sua vez aborda sobre os Projetos de Lei (PL) encabeçados pelo deputado baiano Erivelton Santana, ligado à Assembleia de Deus, no caso, os PL 7180/2014 e o PL 7181/2014. Segundo o autor os

[...] dois projetos determinam a mesma coisa: que “os valores de ordem familiar [têm] precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas”. [...] A intocabilidade da família, como sujeito coletivo com direitos próprios, irredutíveis aos de seus integrantes, é o que fundamenta as duas propostas do deputado Erivelton Santana. O PL 7180/2014 visa instituir esta regra na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE) e o PL 7181/2014, redundantemente, quer torná-la

obrigatória nos parâmetros curriculares (que já devem obedecer à LDBE). (p. 604-605).

Barbosa (2020) destaca o Projeto de Lei nº 867/2015, de Izalci Lucas, ao lado do projeto de Lei nº 1411/2015 do Deputado Rogério Marinho. Segundo o autor os PL tem como proposta “[...] tipificar crime de assédio ideológico e propõe a penalização e até a prisão de professores “contraventores”, são ainda os projetos e Lei de maior destaque, desde a repercussão obtida pelo movimento ESP em 2015.” (p. 139). O autor destaca ainda um recente Projeto de Lei encabeçado pela Deputada Federal e agora Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) Beatriz Kicis. O PL 246-2019, “[...] que busca instituir o “Programa Escola sem Partido”. (p. 142).

É possível vermos através de alguns exemplos entre dezenas de Projetos de Lei, a ofensiva reacionária e conservadora desses setores contra uma educação que leva em consideração uma sociedade plural, diversa e democrática – que diga-se de passagem remontam o próprio projeto burguês clássico. No entanto a atuação desses setores não se encerra no âmbito institucional, diversas são as iniciativas que incentivam um ataque direto aos professores tais como denúncias ou filmagens dos profissionais que abordem perspectivas entendidas por eles, como formas de doutrinação dos estudantes. Os professores nesse sentido, são visto como aponta Miguel (2016) como “[...] corruptores em potencial, que devem ser permanentemente vigiados, controlados, punidos.” (p. 615). Devaneios a parte, aqueles que fazem pensar, em todos os momentos, são perseguidos e sempre com os mesmos discursos, basta olhar a elegação dos gregos ao condenarem Sócrates a morte: “corromper a juventude”.

A ofensiva antigênero bem como seus percursores estão alinhados nesse sentido com um projeto de educação. Notem, não são neutros, devendem um tipo de educação, mas qual seria esta? Um projeto de educação que visa impedir o estudante de ter acesso a pluralidade de ideias, de teorias e conceitos que são fundamentais para uma análise crítica da realidade, isto é, nega-se o direito das crianças e dos jovens de obter acesso aos conhecimentos científicos.

Objetiva-se com a negação de dados conhecimentos científicos “[...] reafirmar disposições tradiocionalistas, pontos doutrinários dogmáticos” (JUNQUEIRA, 2018 p. 451) no qual a família patriarcal torna-se uma instituição intocável, desconsiderando que ela também é lugar de opressão e violência, e assim, também precisa ser estudada, repensada, reestruturada, etc. Dados recentes mostram, por exemplo, que, 70% dos

casos de violência sexual contra crianças ocorrem no âmbito familiar⁶. Dados de 2020 mostram que durante a pandemia as denúncias de abuso sexual, agressão física e maus-tratos contra crianças e adolescentes aumentaram 670% no período de janeiro a abril comparadas com o ano anterior⁷, justamente em um momento de menor circulação e maior convivência familiar.

Miguel (2016) mostra um dado interessante para pensarmos sobre o que de fato mobiliza a preocupação desses setores reacionários e conservadores na educação dos estudantes. O autor aponta que, durante as discussões antes da aprovação da Lei nº 13.010/2014 que coíbe castigos físicos a crianças, “[...] os deputados Neucimar Fraga (PR-ES), Alberto Fraga (DEM-DF, da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana) e Pastor Frankembergen (PTB/RR, da Frente Parlamentar Evangélica) alegaram que [...] iria “interferir no sagrado direito dos pais educarem seus filhos”. (p. 616).

Isso nos leva a refletir se de fato a preocupação está na preservação da integridade moral das crianças e jovens, ou, se a articulação desses setores reacionários e conservadores visa na realidade

[...] entravar o reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos (Sheill, 2008), de obstruir a adoção da perspectiva de equidade de gênero, e de fortalecer ou relegitimar visões de mundo, valores, instituições e sistemas de crenças pautados em marcos morais, religiosos, intransigentes e autoritários. (JUNQUEIRA, 2018 p. 451).

Do exposto até aqui, entendo que esses seguimentos conservadores e reacionários buscam na realidade é cercear os processos de democratização do Estado, retroceder com as transformações políticas e socioculturais obtidas ao longo da recente vivência democrática da sociedade brasileira e esconder as opressões, para fim desse trabalho, especialmente as de gênero.

E o ensino de Sociologia no contexto da ofensiva antigênero?

6 Publicação da Agência Brasil em maio de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/mais-de-70-da-violencia-sexual-contras-criancas-ocorre-dentro-de>. Acesso em 27 maio de 2021.

7 Reportagem G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/05/18/com-pandemia-denuncias-de-abuso-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-crescem-mas-sao-feitas-de-forma-tardia.ghtml>. Acesso em: 27 maio de 2021.

Como mencionado anteriormente diferentes foram as iniciativas da ofensiva antigênero na educação. Vimos, conforme apontado por Coelho (2017), que já na discussão do Plano Nacional de Educação (PNE) os setores reacionários e conservadores, em destaque os ligados aos agrupamentos religiosos, conseguiram intervir no documento retirando do texto final qualquer referencia relacionada a questão de gênero e de orientação sexual.

Para além do PNE é possível vermos os avanços dessa ofensiva também no contexto da discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) realizado em 2017 que, conforme apontou Freire (2018), também estiveram presentes os membros desses setores conservadores e reacionários contra a abordagem da temática de gênero e sexualidade, o que resultou na ausência de tais temas no documento final.

Apesar da forte ofensiva nas políticas educacionais, tais seguimentos não conseguiram ainda incidir em importantes documentos, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e no âmbito da Sociologia, as Orientações Nacionais Curriculares (OCN's). Nesse sentido, o objetivo da Sociologia de *estranhamento* e *desnaturalização* da realidade social ainda não foi derrotado por esses seguimentos reacionários e conservadores apesar das ofensivas. Esses documentos devem ser utilizado para fornecer aos estudantes os instrumentos para uma leitura autônoma e crítica da realidade, ou como aponta Florestan Fernandes, a Sociologia deve

[...] munir o estudante de instrumentos de análise objetiva da realidade social; mas também complementarmente, o de sugerir-lhes pontos de vista mediante os quais possa compreender o seu tempo, e normas com que poderá construir a sua atividade na vida social [...] [deve] estabelecer um conjunto de noções básicas e operativas, capazes de dar ao aluno uma visão não estática nem dramática da vida social, mas que lhe ensine técnicas e lhe suscite atitudes mentais capazes de levá-lo a uma posição objetiva diante dos fenômenos sociais, estimulando-lhe o espírito crítico e a vigilância intelectual que são sociais e psicologicamente úteis, desejáveis e recomendáveis numa era que não é mais de mudança apenas, mas de crise, crise profunda e estrutural" (FERNANDES, 1977, p. 92-93).

Partindo das contradições vigentes da sociedade e no interior da própria escola, devemos mais do que nunca nos colocarmos na defesa da Sociologia e também da escola como espaço de socialização dos conhecimentos científicos. Mas, como fazemos isso? Fornecendo aos nossos estudantes os instrumentos para que eles possam dominar os elementos da cultura humana, entre eles a ciência. Dessa maneira, tal como apresentou Saviani (1985) “[...] o dominado não se liberta se ele não vier a dominar

aquilo que os dominantes dominam. Então dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação. (p. 59).

Se por um lado tais setores ainda não avançaram especificamente nas diretrizes educacionais das Ciências Humanas, sua ofensiva se dá por diferentes estratégias e, tal como foi exposto anteriormente, diversas são as iniciativas – promovidas principalmente pelo movimento ESP – que buscam cercear o papel da escola no seu cotidiano. Uma delas, também mencionadas anteriormente é a mobilização dos indivíduos para uma espécie de censura aos profissionais da educação e a própria instituição escolar, estimulando filmagem e divulgação sem a devida autorização de docentes que, segundo eles, estariam doutrinando os estudante e usurpando dos pais a tarefa de educação moral de seus filhos.

Assim, são nos momentos em que os professores de Sociologia estão ministrando estes conteúdos – visando o estranhamento e a desnaturalização das relações sociais de gênero e sexualidade – é que esses profissionais estão mais vulneráveis a tais iniciativas, ilegais, reacionárias e conservadoras, que objetivam a censura da abordagem científica de gênero na escola. Cerceando a liberdade de cátedra dos professores como, também, os próprios conteúdos do componente curricular de Sociologia.

Além dessa censura direta, construída no cotidiano do trabalho escolar e realizada por indivíduos e grupos de perspectiva reacionária e conservadora, é importante levarmos em consideração como a (contra)reforma do Ensino Médio através da MP nº 746, promulgada na Lei n.13.415/2017, contribuiu significativamente para ofensiva desse setores. Ao impor um novo modelo curricular que tem como obrigatoriedade apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, tal mudança fragiliza e inviabiliza o acesso do estudantes aos conhecimentos científicos historicamente produzidos pela humanidade. Nesse bojo então, não apenas a Sociologia e as Ciências Humanas estariam sendo atacadas, mas sim todas as áreas de conhecimento.

Embora seja um tema de grande relevância e importância nesse contexto, não conseguiremos nesse texto abordar toda a complexidade de questões presentes na (contra)reforma do Ensino Médio, no entanto o que é pertinente para nossa discussão, nesse momento da pesquisa, é que, através da (contra)reforma, há uma “[...] negação tácita do conhecimento básico para uma leitura autônoma da realidade social” (MOTTA; FRIGOTTO, 2017 p. 368) e, nesse sentido, “[...] nega os fundamentos das

ciências que permitem aos jovens entender e dominar como funciona o mundo das coisas e a sociedade humana” (MOTTA; FRIGOTTO, 2017 p. 369).

A implementação da Lei n.13.415/2017 da Reforma do Ensino Médio pode ser entendida nesse sentido como o resultado desse ativismo liberal-conservador, tal como aponta Barbosa (2020). Pois segundo o autor, por mais que os interesses econômicos de parte das classes dominantes, como os empresários do setor educacional, nem sempre são influenciados por políticas e pautas morais, eles “[...] encontram no projeto “Escola Sem Partido” uma campanha que gera a oportunidade de legitimação de seus interesses políticos, econômicos e administrativos.” (p. 137).

Assim podemos entender que tanto a ofensiva antigênero como a reforma do Ensino Médio, contribuem para um projeto de educação que tem como finalidade negar o direito dos estudantes de ter acesso a uma escola que, tal como aponta Ilyenkov (2007), ensine os estudantes a pensar. Esse projeto de educação visa nesse sentido afastar os estudantes da pluralidade de ideias, dos conhecimentos científicos, dos instrumentos teóricos que os auxiliem em uma análise da realidade social a partir de diferentes modos de pensar. Desconsidera a diversidade socialcultural e não fomenta perspectivas que busquem o respeito a essa diversidade e os direitos humanos e, assim, coloca-se contra uma educação que possibilite o desenvolvimento de uma autonomia intelectual e o exercício da cidadania, mesmo aquelas postas dentro dos marcos burgueses clássicos.

Nesse sentido, podemos entender essa articulação liberal-conservadora mobilizada por seguimentos conservadores e reacionários de cunho religioso, e o próprio movimento ESP, como integrantes de uma nova faceta de contrarrevolução burguesa, que tem no golpe institucional de 2016 seu ponto fulcral, para os retrocessos dentro do campo das discussões de gênero.

É fundamental para a manutenção e fortalecimento da sociedade democrática uma luta ampla que anseie uma escola e um projeto de educação que cumpra o papel de socializar os conhecimentos (em suas diferentes matrizes teóricas conceituais) científicos acumulados pela humanidade e que forneça para os estudantes os instrumentos para uma análise autônoma da realidade.

Nesse engodo, nós enquanto Sociólogos e professores de Sociologia, devemos nos colocar como professores que também são cidadãos. Cidadãos de uma sociedade capitalista de democracia restrita que busca a partir de uma articulação liberal-

conservadora de ação reacionária retroceder com a nossa liberdade de cátedra, com o direitos dos estudantes de terem acesso aos conhecimentos científicos, e, em grande medida, com direitos políticos, civis e sociais conquistados ao longo dos anos de lutas sociais. Nesse sentido, a luta dentro e fora da escola torna-se fundamental para retomada e ampliação desses direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto busquei expor como a ofensiva antigênero materializada no sintagma da “ideologia de gênero” nada mais é do que uma invenção católica absorvida por outros seguimentos religiosos, “[...] forjada para operar como arma retórica e para animar mobilizações em favor de um projeto de sociedade regressivo antidemocrático e antilaico. (JUNQUEIRA, 2019 p. 64). Tal discurso promovido principalmente por setores conservadores e reacionários de seguimentos religiosos, sendo apropriado pelo movimento Escola Sem Partido que, passou a nutrir a ofensiva antigênero como também se beneficiou dela.

Tamanho foi a influencia do ESP no cenário nacional que, diversos Projetos de Lei surgiram de representantes políticos nos diferentes níveis da federação para implementar suas posições políticas ideológicas como políticas educacionais, visando criminalizar docentes por ações consideradas formas de “doutrinação ideologica” como também secundarizar a escola em relação à família no que tange a educação das crianças e dos jovens.

A influência desses setores reacionários e conservadores conseguiram incidir em documentos como o Plano Nacional e Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que em seu texto final não tiveram nenhuma menção as questões de gênero e orientação sexual. Como também incidiram dentro dos muros da escola ao promover ações de censura aos professores como filmagens e denúncias de supostas formas de doutrinação dos estudantes.

O que se constatou foi que na realidade tais setores visam na realidade é

[...] entravar o reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos (Sheill, 2008), de obstruir a adoção da perspectiva de equidade de gênero, e de fortalecer ou relegitimar visões de mundo, valores, instituições e sistemas de crenças pautados em marcos morais, religiosos, intransigentes e autoritários. (JUNQUEIRA, 2018 p. 451)

A Sociologia, nesse sentido, assim como os professores de Sociologia ficam vulneráveis as ofensivas que buscam censurar os conteúdos relacionados ao estranhamento e a desnaturalização das relações sociais de gênero e sexualidade como a própria liberdade de cátedra dos professores ao abordarem tais conteúdos.

Uma outra face da moeda dessa ofensiva destacada ao longo do texto é a implementação da Reforma do Ensino Médio que, acaba por retirar a obrigatoriedade de todas as disciplinas com exceção da Língua Portuguesa e da Matemática, o que corrobora com as tentativas de diminuir o espaço da escola na socialização das crianças e dos jovens em relação à família fragilizando e inviabilizando o acesso do estudante aos conhecimentos científicos historicamente produzidos pela humanidade.

Vimos nesse sentido, que a articulação liberal-conservadora mobilizada por seguimentos conservadores e reacionários de cunho religioso, e o próprio movimento ESP no âmbito educacional constituem-se como integrantes de uma nova faceta de contrarrevolução burguesa, que tem no golpe de 2016 seu ponto fulcral. Sendo fundamental um movimento de luta constante para reverter tais ataques e manutenção da sociedade democrática.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **“Escola Sem Partido”: Ativismo político liberal-conservador, think tanks e grupos de pressão” à direita, no Brasil sob o governo Bolsonaro.** In: (De)formação na escola: desvios e desafios / Sueli Guadalupe de Lima Mendonça ... [et al.] (organizadores). – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

CARTILHA. **Você já ouviu falar sobre “ideologia de gênero”?**. Disponível em: https://issuu.com/andreleamaral/docs/cartilha_ideologia_de_g_nero_tam14>. Acesso em: 30/05/2021.

COELHO, Fernanda MF. **Ideologia de gênero: os porquês e suas consequências no contexto do Plano Nacional de Educação Brasileiro 2014-2024.** Mandrágora, v. 23, n. 2, p. 247-279, 2017.

CORRÊA, Sonia. **O conceito de gênero: teorias, legitimação e usos.** O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010 / Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

FERNANDES, F. **O ensino de sociologia na escola secundária brasileira.** A sociologia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=164&Itemid=171. Acesso em: 30/05/2021.

FREIRE, Priscila. **‘Ideologia de gênero’ e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo.** Ex aequo, n. 37, p. 33-46, 2018.

GRACINO JR., Paulo; TARGINO, Janine; REZENDE, Gabriel Silva (2019). **Religiões públicas e demandas por reconhecimento: reflexões a partir dos dados da pesquisa com jovens participantes de movimentos religiosos de massa na cidade do Rio de Janeiro.** Religião & Sociedade 39(2): 122-151.

ILYENKOV, E.V. **Nossas escolas devem ensinar a pensar.** Journal of Russian and East European Psychology, vol. 45, no. 4, July–August 2007, pp. 9–49.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é.** In: CASSIO, Fernando (Ed.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. Boitempo Editorial, 2019. p. 135-140, 2019.

JUNQUEIRA, R. D. (2018) **A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero.** Psicologia Política, 18(43), p. 449-502.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária—ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”**. Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade, p. 25-52, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”**. Revista Estudos Feministas, v. 26, n. 2, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”-Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro**. Revista Direito e práxis, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular 2008.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. **“Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo**. Sociedade e Estado, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017.

MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. **Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017)**. Educação e Sociedade, Campinas, v.38, n. 139, p.355-372, jun. 2017.

MOURA, Fernanda Pereira. **O movimento Escola sem Partido e a reação conservadora contra a discussão de gênero na escola**. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio (Ed.). Educação democrática: antídoto ao escola sem partido. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p. 89-110.

ROCHA, Maria Zélia Borba (2013). **A luta político-cultural pelo ensino religioso no Brasil**. Revista Brasileira de História da Educação 13(2): 217-248.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 6ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 1985.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev. - Campinas, SP: Autores Associados, 2011.